

Convênio de Mútua Cooperação que entre si firmam a PBH ATIVOS S.A e o MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, por meio da Secretaria Municipal de Política Urbana, para a elaboração de estudo de viabilidade técnica e econômico-financeira para projetos de engenho de publicidade em mobiliário urbano.

A **PBH ATIVOS S.A**, neste ato representada por seu Diretor Presidente, Sr. Pedro Meneguetti e por seu Diretor de Negócios, Sr. Daniel Rodrigues Nogueira, doravante denominada **CONVENENTE**, e o **MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE**, por meio da **Secretaria Municipal de Política Urbana - SMPU**, neste ato representada por sua titular, Sra. Maria Fernandes Caldas, doravante denominada **CONVENIADA**, e considerando:

- a competência da **CONVENENTE**, conforme Lei Municipal nº 10.003, de 25 de novembro de 2010 e Estatuto Social registrado, de auxiliar o Município na realização de investimentos em infraestrutura e nos serviços públicos municipais em geral, com o intuito de complementar as políticas públicas deliberadas pelos órgãos competentes;
- a expertise da **CONVENENTE** em modelagem econômico-financeira de projetos públicos de parcerias, concessão e permissão;
- a competência do Município de Belo Horizonte, por intermédio da **SMPU**, de administrar os engenhos de publicidade em mobiliário urbano, bem como seu intuito de desenvolver modelo mais eficiente para a respectiva gestão;
- que os convenientes vêm estudando vários modelos a fim de possibilitar alguma viabilidade de gestão e exploração de publicidade em mobiliários urbanos;

- que após várias reuniões técnicas entre SMPU e PBH Ativos, bem como diretrizes da Secretaria, as equipes dos convenientes, de forma interdisciplinar, entenderam pela conveniência de aprofundar em um modelo específico de viabilidade técnica e econômica financeira para projetos de gestão de engenho de publicidade em mobiliário urbano;
- que, o auxílio da PBH Ativos à Administração Direta e Indireta do Município na realização de investimentos em infraestrutura e em serviços públicos em geral, devem se dar por meio de contrato ou convênio, nos termos do artigo 15 da Lei Municipal nº 10.003, de 25 de novembro de 2010;

Os partícipes celebram o presente CONVÊNIO, nos seguintes termos:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DOS ANEXOS**

- 1.1. O CONVÊNIO tem por objeto a mútua cooperação técnica entre a CONVENIADA e a CONVENIENTE, sem ônus para a CONVENIADA, para a elaboração de estudo de viabilidade técnica e econômico-financeira para projetos de gestão de engenho de publicidade em mobiliário urbano.
- 1.2. O escopo da cooperação abrange os relógios digitais e *totens*, que poderão dispor de painel para engenho de publicidade.
- 1.3. Eventual inclusão de outros itens de mobiliário urbano, a exemplo das bancas de jornal, será possível, mediante termo aditivo ao presente.
- 1.4. Integram o presente CONVÊNIO, para todos os fins de direito:
  - I. Anexo I: Plano de Trabalho;
  - II. Anexo II: Cronograma Referencial de Trabalho;



## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO**

- 2.1. A obtenção, gestão, aprovação, seleção e consolidação de dados, levantamentos e estudos técnicos vinculados ao projeto são de responsabilidade da CONVENIADA, que poderá valer-se do apoio de outros órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.
- 2.2. A CONVENIENTE poderá consolidar as informações prestadas pela CONVENIADA, podendo combiná-las com as informações técnicas disponibilizadas por outros órgãos e entidades integrantes da Administração Pública, sem prejuízo de outras informações obtidas junto a consultores externos eventualmente contratados para esse fim.
- 2.3. A celebração do presente ajuste não implica em obrigação da CONVENIADA de utilizar os dados ou estudos provenientes da execução do CONVÊNIO, ou mesmo de implantar o projeto.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DAS CONDIÇÕES DE RESSARCIMENTO**

- 3.1. O CONVÊNIO não implica transferência de recursos entre as CONVENIENTES ou a assunção de qualquer outra obrigação pecuniária por parte da CONVENIADA, competindo a cada um dos partícipes arcar com as despesas e custos referentes à sua atuação.
- 3.2. Os custos incorridos pela CONVENIENTE para a execução do CONVÊNIO serão por ela assumidos, na condição de empresa não dependente do Tesouro Municipal, e serão ressarcidos exclusivamente pelo vencedor da respectiva licitação, caso esta ocorra e seja exitosa, nos termos de cláusula editalícia, com fulcro no disposto no art. 21 da Lei



Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 e no art. 3º da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004.

- 3.3. O valor de ressarcimento seguirá metodologia de cálculo aprovada pelo Conselho de Administração da CONVENIENTE, documentado na ata de reunião do dia 25/10/2018, e será previamente aprovado pela CONVENIADA conforme planilha e documentos comprobatório dos gastos.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO**

- 4.1. O CONVÊNIO vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse entre os convenientes, respeitado o limite de 60 (sessenta) meses.

#### **5. CLÁUSULA QUINTA – DAS GARANTIAS**

- 5.1. CONVENIENTE e CONVENIADA dispensam a constituição de garantias para assegurar sua plena execução.

#### **6. CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DOS PARTICÍPIES**

##### **6.1. DA CONVENIADA:**

- a) designar formalmente equipe técnica para acompanhar as atividades de cooperação técnica;
- b) analisar e aprovar por meio da equipe técnica os dados, levantamentos, investigações e estudos elaborados pela CONVENIENTE;

- c) manter, organizar e colocar à disposição da CONVENENTE as informações, estudos técnicos e documentos relacionados ao projeto;
- d) estabelecer diretrizes e coordenar as atividades de cooperação técnica, podendo solicitar informações a CONVENENTE ou de terceiros;
- e) conforme a sua conveniência, a seu critério exclusivo, utilizar total ou parcialmente os documentos e produtos disponibilizados pela CONVENENTE, bem como realizar procedimentos licitatório referente ao projeto almejado;
- f) incluir no edital do futuro processo licitatório ou de seleção, referente ao projeto, caso este venha a ocorrer, disposição específica que obrigue o licitante vencedor a remunerar os estudos desenvolvidos pela CONVENENTE, como condição para a assinatura do respectivo contrato administrativo.

6.2. Da CONVENENTE:

- a) elaborar estudo de viabilidade técnica e econômico-financeira pertinente ao objeto do presente CONVÊNIO;
- b) apoiar tecnicamente a análise de dados, informações, levantamentos e estudos técnicos e econômicos obtidos, aprovados, selecionados ou consolidados;
- c) contribuir tecnicamente para a imparcialidade e qualidade do projeto.

6.3. A troca de documentos e informações entre os partícipes e terceiros apoiadores da Administração Pública e/ou contratados deverá respeitar

o princípio da transparência e da publicidade, resguardados eventuais casos de sigilo oficial.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXTINÇÃO**

7.1. O CONVÊNIO poderá ser extinto em razão:

- a) do término do prazo de vigência;
- b) de acordo entre os convenientes;
- c) de denúncia unilateral de qualquer dos convenientes, por meio de comunicação formal, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias contados do recebimento da comunicação pelo outro partícipe, não sendo devido o pagamento de indenização, multa ou ônus de qualquer natureza em decorrência do término do CONVÊNIO.

7.2. Na ocorrência das hipóteses do item 7.1, os convenientes definirão conjuntamente o tratamento a ser dado às atividades de cooperação técnica em andamento,

## **8. CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

8.1. Aplica-se ao CONVÊNIO, no que couber, o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, especialmente em seu art.116.

8.2. Os casos omissos serão, sempre que possível, resolvidos amigavelmente entre os partícipes.

## **9. CLÁUSULA NONA – DO FORO**

9.1. Os partícipes elegem a comarca de Belo Horizonte/MG para dirimir quaisquer questões decorrentes deste CONVÊNIO.

E para firmeza e validade de tudo quanto aqui se estipulou, lavrou-se o presente CONVÊNIO, que será assinado pelos convenientes em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas que também o subscrevem, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.


Belo Horizonte, 03 de maio de 2019.

  
Maria Fernandes Caldas  
**Secretária Municipal de Política Urbana**

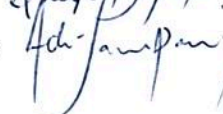
  
Daniel Rodrigues Nogueira  
**Diretor de Negócios  
PBH Ativos S.A.**

  
Pedro Meneguetti  
**Diretor-Presidente  
PBH Ativos S.A.**

Testemunhas:

Nome: 

CPF.: 067.157.286-06

Nome: 

CPF.: 088.737.606-19



**ANEXO I - PLANO DE TRABALHO****I - IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO A SER EXECUTADO**

O CONVÊNIO tem por objeto a mútua cooperação técnica entre a CONVENIENTE e CONVENIADA para a elaboração de estudo de viabilidade técnica e econômico-financeira para projetos de gestão de engenho de publicidade em mobiliário urbano, compreendendo, inicialmente, relógios digitais e totens.

**II - METAS A SEREM ATINGIDAS**

**Meta 1:** elaboração de estudo de viabilidade técnica e econômico-financeira - EVTE.

**Meta 2:** elaboração de Plano de Negócios Referencial.

**III - ETAPAS DE EXECUÇÃO**

ETAPAS	DESCRIÇÃO
<b>Etapa 1:</b> Reuniões de Monitoramento e Controle	Realização de reuniões entre a CONVENIENTE e CONVENIADA para monitoramento do andamento do projeto e controle de alterações dos estudos.
<b>Etapa 2:</b> Gerenciamento do Projeto	Acompanhamento e Monitoramento da execução do projeto.
<b>Etapa 3:</b> Estudo de Viabilidade Técnica e Econômico-Financeira – EVTE e Plano de Negócios Referencial	Elaboração de EVTE e de plano de negócios referencial que descreve os objetivos do projeto e o modelo de negócios a ser seguido.

**IV - PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO PELOS CONVENIENTES**

O CONVÊNIO não implica transferência de recursos entre as CONVENIENTES ou a assunção de qualquer outra obrigação pecuniária por parte da CONVENIADA, competindo a cada um dos partícipes arcar com as despesas e custos referentes à sua atuação.





Os custos incorridos pela CONVENIENTE para a execução do CONVÊNIO serão por ela assumidos, na condição de empresa não dependente do Tesouro Municipal, e serão ressarcidos exclusivamente pelo vencedor da respectiva licitação nos termos de cláusula editalícia, com fulcro no disposto no art. 21 da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 e no art. 3º da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004.

Caso a licitação não ocorra ou não seja exitosa não haverá necessidade de ressarcimento da PBH Ativos por parte da Conveniada.

**V - PREVISÃO DE INÍCIO E FIM DA EXECUÇÃO DO OBJETO, BEM ASSIM DA CONCLUSÃO DAS ETAPAS OU FASES PROGRAMADAS**

O início da execução do objeto se dará a partir da data de assinatura do CONVÊNIO e a conclusão das etapas e fases programadas constam do **ANEXO II - CRONOGRAMA**.

Belo Horizonte, 03 de maio de 2019.



Maria Fernandes Caldas  
**Secretária Municipal de Política Urbana**



Daniel Rodrigues Nogueira  
**Diretor de Negócios  
PBH Ativos S.A.**



Pedro Meneguetti  
**Diretor-Presidente  
PBH Ativos S.A.**

**ANEXO II - CRONOGRAMA REFERENCIAL DE TRABALHO ENGENHOS DE PUBLICIDADE**

**Início Estimado: 03/05/2019**

03/05/2019